

Política Anti-Escravidão e Tráfico Humano

Na Principle, trabalhamos com os proprietários de marcas e seus parceiros para resolver os desafios únicos de gerenciar e implementar ambientes de marca consistentes em qualquer lugar do mundo. Como parte de nossa cultura de bom governo para bons negócios, operamos com um conjunto de valores fundamentais que refletem nossas relações com nossos principais grupos de partes interessadas: clientes, fabricantes, fornecedores e membros da equipe. Adotamos um valor comportamental para todas as nossas relações comerciais, mostrando nossa atitude em relação à exploração de indivíduos de qualquer forma, e mais particularmente as ofensas sob a Lei Moderna de Escravidão de 2015. Estamos comprometidos em nos opor à escravidão moderna em todas as suas formas e preveni-la em qualquer maneira que pudermos. Exigimos a mesma atitude de todos os que trabalham para nós e que também esperamos de todos com quem temos negócios.

1. Propósito desta política

A escravidão moderna é uma ofensa criminal sob a Lei de Escravidão Moderna de 2015 (a “Lei”) e pode ocorrer de várias formas, incluindo servidão, trabalho forçado ou obrigado e tráfico de seres humanos, os quais têm em comum a privação da liberdade de uma pessoa por outra para explorá-los para ganho pessoal ou comercial. Este documento estabelece a política da Principle (a “Empresa”) com o objetivo de prevenção de oportunidades para que a escravidão moderna ocorra dentro de seus negócios ou cadeia de fornecimento. O uso desta política do termo “escravidão moderna” tem o significado dado na Lei.

Como Grupo, temos uma abordagem de tolerância zero à escravidão moderna. Temos o compromisso de agir com ética e integridade em todos os nossos negócios e relacionamentos e na implementação e aplicação de sistemas e controles eficazes para garantir que a escravidão moderna não esteja ocorrendo em lugar nenhum dentro de nossos próprios negócios ou de nossos fornecedores.

2. Passos para a prevenção da escravidão moderna

Estamos comprometidos em garantir transparência em nosso próprio negócio e em nossa abordagem para lidar com a escravidão moderna em todas as nossas cadeias de fornecimento, consistentes com nossas obrigações de divulgação sob a Lei de Escravidão Moderna de 2015. Esperamos os mesmos altos padrões de todos os nossos sócios, fornecedores e outros parceiros de negócios e estamos evoluindo e atualizando nossos processos de contratação para incluir proibições específicas contra o uso de trabalho forçado, obrigado ou traficando, ou qualquer pessoa mantida em escravidão ou servidão, sejam adultos ou crianças. Esperamos que nossos fornecedores mantenham seus próprios fornecedores com os mesmos altos padrões.

Todos os membros da equipe têm a obrigação de se familiarizar com nossos procedimentos para ajudar na identificação e prevenção da escravidão moderna e conduzir os negócios de maneira que uma situação ou uma incidência da escravidão moderna sejam evitadas. A adesão a esta política faz parte das obrigações de todos os membros da equipe sob seu contrato de trabalho.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos nossa obrigação estatutária de definir as medidas que tomamos para assegurar que a escravidão moderna e o tráfico de pessoas não estejam ocorrendo em nossas cadeias de fornecimento, reconhecemos que não controlamos a conduta de indivíduos e organizações em nossas cadeias de fornecimento. Para sustentar nosso cumprimento de medidas práticas, pretendemos implementar as seguintes medidas:

- (i) Realizar avaliações de risco para determinar quais partes de nossos negócios e quais de nossos fornecedores estão mais expostos ao risco de escravidão moderna, para que os esforços possam ser concentrados nessas áreas;
- (ii) Comprometer-se com nossos fornecedores tanto para transmitir a eles nossa Política Antiescravidão e Tráfico Humano, como para compreender as medidas tomadas por eles para garantir que a escravidão moderna não esteja ocorrendo em seus negócios;
- (iii) Quando for apropriado, conforme informado por nossa avaliação de risco, procurar introduzir pré-triagem de fornecedor e auto-avaliação para nossos fornecedores sobre controles de ressalva;
- (iv) Introduzir disposições contratuais para que nossos fornecedores confirmem sua adesão a esta política e aceitem nosso direito de auditar suas atividades e (quando for viável) relacionamentos, tanto rotineiramente quanto em momentos de suspeita razoável.

A partir do ano financeiro de 2016, no relatório de diretores de nossas demonstrações financeiras anuais incluiremos a Declaração Antiescravidão e Tráfico de Seres Humanos da Empresa, que será apresentada em nosso site durante o ano de 2016.

3. Responsabilidade pela política

A máxima responsabilidade pela prevenção da escravidão moderna é do líder da Companhia. O conselho de administração da Companhia tem a responsabilidade de prover esta política e o cumprimento de suas obrigações legais e éticas. Os líderes de equipe em todos os níveis são responsáveis por garantir que aqueles que trabalham para eles, entendam e cumpram os requerimentos desta política e recebam treinamento adequado e regular sobre ela e sobre a questão da escravidão moderna.

4. Ações para denunciar a escravidão moderna ou o tráfico de pessoas

Toda a equipe deve reportar ao seu gerente na primeira oportunidade, se suspeitar ou acreditar que houve uma violação desta política, ou que uma violação possa ocorrer no futuro.

5. Ressalvas

Nosso objetivo é encorajar a abertura e apoiar a qualquer pessoa que tenha genuínas preocupações de boa fé sob esta política, mesmo que elas possam estar equivocadas. Estamos empenhados em garantir que ninguém sofra qualquer tratamento prejudicial, como resultado de denunciar de boa fé a suspeita de que a escravidão moderna de qualquer jeito, seja ou possa ocorrer em qualquer parte de nossa própria empresa ou em qualquer uma de nossas cadeias de fornecimento. O tratamento prejudicial inclui demissão, ação disciplinar, ameaças ou outro tratamento desfavorável relacionado à manifestação de uma preocupação sob a política. A Empresa aceitará e levará a sério as preocupações comunicadas anonimamente.

No entanto, a retenção do anonimato torna as investigações e a validação mais difíceis e pode tornar o processo menos eficaz. Os indivíduos são, portanto, encorajados a colocar seus nomes nas alegações.

Quaisquer reclamações ou alegações feitas que sejam consideradas maliciosas ou vexatórias resultarão em ação disciplinar contra o indivíduo.

6. Comunicação e conscientização

Nossa abordagem de tolerância zero à escravidão moderna deve ser comunicada a todos os fornecedores, contratados e parceiros de negócios no início de nossa relação comercial com eles e reforçada conforme apropriado a partir de então.

7. Revisão

Após sua aceitação inicial, esta Política Antiescravidão e Tráfico Humano será revisada pelo Conselho de Administração da Empresa periodicamente (pelo menos anualmente) e poderá ser alterada de tempos em tempos. Esta Política será usada para informar a nossa Declaração sobre Escravidão e Tráfico de Seres Humanos que será publicada até a publicação de nossos resultados financeiros de 2016.



Victoria Woodings

CEO

July 2018